



## A FOME E A POBREZA NA REGIÃO DO CONTESTADO CATARINENSE: O VÍRUS DA FOME E SEU RASTRO AMARGO 105 ANOS APÓS A GUERRA

Vanessa Maria Ludka<sup>1</sup>

Ana Julia de Mello<sup>2</sup>

Leandra Eduarda Fabri Rezende<sup>3</sup>

Sérgio Augusto Pereira<sup>4</sup>

**Resumo:** A fome pode ser provocada por diversos fatores, sendo um deles a guerra, acontecimento capaz de desestabilizar um determinado território por anos. O objetivo deste artigo foi analisar como a fome e a pobreza tem se manifestado na região do Contestado Catarinense 105 anos após Guerra do Contestado. A metodologia adotada foi pautada no levantamento de pesquisas bibliográficas e coleta de dados em sites governamentais, dentre eles: o Ministério da Cidadania, IBGE e o Atlas Brasil. Ao analisar todos os dados apresentados, foi possível observar quais são os territórios com maior vulnerabilidade para a fome e a pobreza na região do Contestado Catarinense. No Cadastro Único, destacaram-se os municípios de Matos Costa, Calmon e Lebon Régis por possuírem acima de 60% da população do seu município cadastradas, apresentando também a maior porcentagem de pessoas atendidas pelo Programa Bolsa Família, acompanhados dos municípios de Bela Vista do Toldo, Timbó Grande e Monte Castelo.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Social; Guerra do Contestado; Miséria.

### INTRODUÇÃO

A discussão que permeia sobre a fome no mundo não é decorrente apenas do século atual, embora nos últimos anos tenha ganhado maior visibilidade por meio das

<sup>1</sup>Doutora em Geografia. Professora da graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Ensino - PPGEN da Universidade Estadual do Norte do Paraná. Coordenadora e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa GEOFOME. E-mail: vanessaludka@uenp.edu.br

<sup>2</sup>Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná. Bolsista PIBIS Fundação Araucária. Integrante do Grupo de Pesquisa GEOFOME. E-mail: anajuliaoliveiramello@gmail.com

<sup>3</sup>Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - Bolsista PIBIC - CNPq e Integrante do Grupo de Pesquisa GEOFOME. E-mail: lefabrirezende@gmail.com

<sup>4</sup>Doutorando e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Bolsista CAPES. Pesquisador do grupo de pesquisa GEOFOME. E-mail: sergioaugustopereira018@gmail.com



vulnerabilidades expostas na mídia (jornal, redes sociais, etc) e em razão do momento atípico promovido pela pandemia COVID-19<sup>5</sup>. No que tange o direito à alimentação no Brasil e seus avanços referentes ao campo da legislação, pode-se citar a alteração do Artigo 6º da Constituição Federal de 1998, realizado na Emenda Constitucional nº 64 que foi aprovada em 4 de fevereiro de 2010.

Após essa modificação, o artigo 6º prevê que o direito à alimentação também faz parte dos direitos sociais da população brasileira. No entanto, dez anos depois do devido artigo em vigor a fome ainda se faz presente na vida de milhões de brasileiros. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) o número de lares atingidos pela fome<sup>6</sup> no Brasil correspondiam à 10,3 milhões entre os anos de 2017 e 2018. De acordo com uma sondagem inédita feita pela Agência Brasil (2020), foi estimado que 116,8 milhões de pessoas conviveram com algum grau de insegurança alimentar no ano final do ano de 2020, sendo que dessa estimativa 9% sofreram com a insegurança alimentar grave.

O sociólogo Ziegler (2013, p. 31) em sua obra intitulada “Destruição em massa: geopolítica da fome”, discorreu sobre como o direito humano à alimentação é banalizado, sendo “[...] o mais constante e maciçamente violado em nosso planeta”. No Brasil o cenário não é diferente, pois mesmo com a garantia prevista pela lei, milhões de pessoas permanecem em situação de fome e com perspectivas pouco positivas de mudança.

Dessa forma, o objetivo do presente artigo é analisar como a fome e a pobreza tem se manifestado na região do Contestado Catarinense 105 anos após Guerra do Contestado.

<sup>5</sup> A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global (Ministério da Saúde, 2021).

<sup>6</sup> Vale destacar que o termo "fome" não aparece diretamente, é utilizado o termo “insegurança alimentar grave”.



No que concerne à discussão sobre a fome, vale destacar que serão consideradas as análises pelo viés da fome estrutural e fome conjuntural, ou seja, considerando a fome que é provocada pela própria estrutura econômica e social fragilizada e também a fome ocasionada por catástrofes naturais, guerras, pandemias entre outros fatores, respectivamente.

O presente artigo está dividido em quatro momentos. No primeiro, apresentou-se os materiais e métodos para a elaboração desta pesquisa. No segundo momento, realizou-se uma breve contextualização do que foi a Guerra do Contestado. No terceiro momento dissertou-se a respeito do conceito de fome e pobreza pela perspectiva geográfica. No quarto momento, analisou-se a respeito da fome e da pobreza 105 anos após a Guerra do Contestado e por fim as considerações finais.

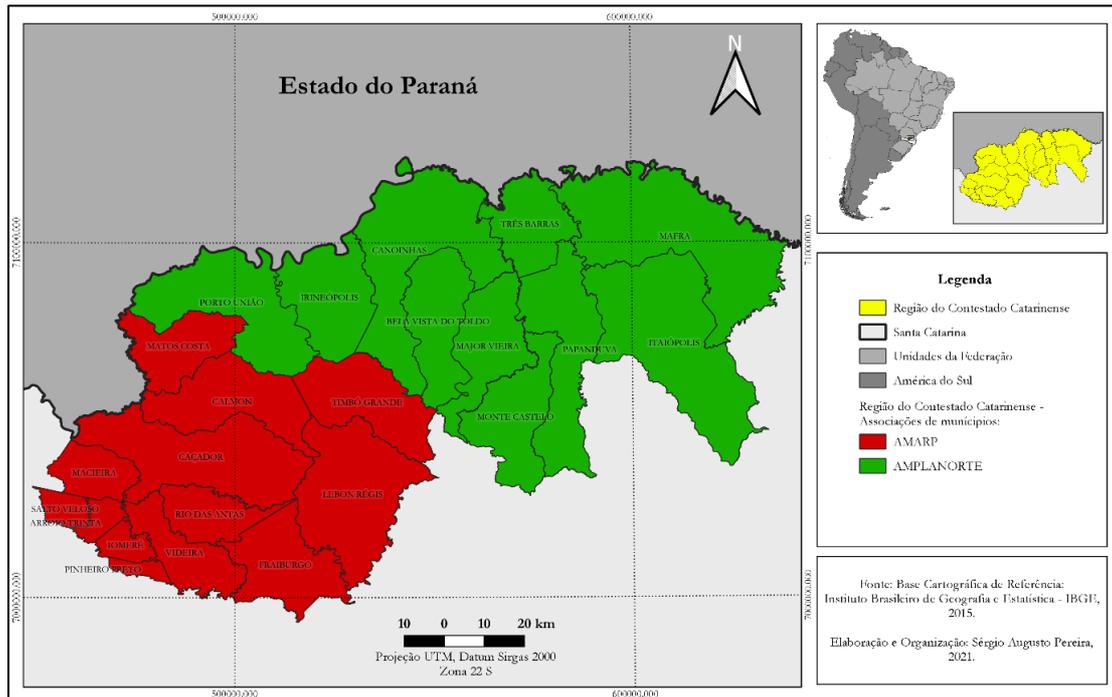
## MATERIAIS E MÉTODOS

O caminho metodológico do trabalho desenvolveu-se por meio de revisão teórica de autores que discutem sobre a Guerra do Contestado como Fraga (2010), Ludka (2016), Thomé (1992), autores que discutem acerca do conceito de pobreza como Santos (2009), Sen (2010) e autores que explanam sobre a fome como Castro (1937, 1966), Ziegler (2013), Ludka (2016), entre outros.

Em seguida, foi realizado o recorte espacial da pesquisa, utilizando como referência a base cartográfica adaptada de Ludka (2016). A área de estudo investigada foi alcunhada de região do Contestado Catarinense e é composta por 23 municípios que se localizam no município de Santa Catarina (Figura 1).



**Figura 1:** Região do Contestado: Associações de municípios: AMPLANORTE e AMARP.



**Fonte:** Ludka (2014). Adaptado da Base Cartográfica do IBGE (2015).

Os municípios que compõe essa região são: Arroio Trinta, Bela Vista do Toldo, Caçador, Calmon, Canoinhas, Fraiburgo, Iomerê, Irineópolis, Itaiópolis, Lebon Régis, Macieira, Mafra, Major Vieira, Matos Costa, Monte Castelo, Papanduva, Pinheiro Preto, Porto União, Rio das Antas, Salto Veloso, Timbó Grande, Três Barras e Videira.

Posteriormente foi realizada a coleta e análise de dados sobre a região do Contestado Catarinense nos sites do Ministério da Cidadania, Atlas Brasil e IBGE cidades. No site do Ministério da Cidadania foi realizada a coleta de dados referentes à quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF entre os meses de janeiro a setembro do ano de 2021 e quantidade de famílias cadastradas no Cadastro Único - CU no ano de 2021. No Atlas Brasil, foram coletados os dados sobre a vulnerabilidade social



e os níveis de pobreza de cada município pertencente à região do Contestado do ano de 2010. No site do IBGE Cidades, foram coletados dados sobre a população do censo de 2010 e população estimada para 2021, também foram obtidos dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) e PIB de cada município. O software utilizado para a confecção da cartografia foi o QGIS 3.14.15.

## A GUERRA DO CONTESTADO

A palavra “guerra” é de origem germânica ocidental, cujo se pronuncia “werra”, tendo como significado discórdia/peleja. No caso da Guerra do Contestado, a definição do dicionário de língua portuguesa que mais se adequa para caracterização da palavra “guerra” no devido contexto é a que a determina como sendo uma luta armada entre nações ou partidos, gerando assim um conflito. A luta armada teve duração de quatro anos conforme as definições históricas e geográficas, mas a luta pela sobrevivência das pessoas que viviam na região antes “contestada”, permanece.

Foram várias as causas do conflito armado, pois, na mesma época e no mesmo lugar, ocorreu um movimento messiânico de grandes proporções, uma disputa pela posse de terras, uma competição econômica pela exploração de riquezas naturais, e uma questão de limites interestaduais (FRAGA, 2010, p. 139).

Sendo assim, observa-se no lugar das nações ou partidos, uma disputa entre estados que são conhecidos atualmente como: Santa Catarina e Paraná. Ambos em busca do domínio da região denominada “Contestado”, rica em erva-mate e madeira para exploração. O conflito desenvolve-se entre os anos 1912 até 1916, durante tempo suficiente para que após 105 anos seus reflexos ainda sejam sentidos na pele dos que habitam a região do Contestado atualmente. De acordo com Fraga (2009, p. 17) a causa



ainda é analisada e estudada como um acontecimento complexo “pois é alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural, sejam de ordem religiosa”.

A guerra do contestado é considerada uma das maiores guerras civis do continente americano, tendo em vista a marca do genocídio de milhares de camponeses pobres (GALEANO, 1986). Um dos acontecimentos mais sangrentos da história dos dois estados brasileiros. “Quando a população do Planalto pegou em armas e deu o grito de guerra. Foram várias as causas do conflito armado. Uma disputa pela posse de terras, uma competição econômica pela exploração de riquezas naturais, e uma questão de limites interestaduais”. (FRAGA, 2010, p. 139).

Guerra do Contestado reuniu, no mesmo tempo e no mesmo espaço geográfico, mais de 30 mil pessoas – habitantes da região na época –, desde fazendeiros, em defesa de suas propriedades, até posseiros tentando se manter em terras devolutas, “fanatizados” por promessas messiânicas, e oportunistas que viam no movimento ocasião para exercerem pressões políticas acerca dos limites disputados entre Santa Catarina e o Paraná. A guerra, durante quatro anos, ceifou a vida de milhares de sertanejos (LUDKA, 2016, p. 108).

O caráter messiânico do movimento<sup>7</sup> estudado justifica-se pela presença dos monges conhecidos como João Maria e José Maria, independentemente do verdadeiro propósito de suas ações, de acordo com Nilson Thomé (1992) ambos possuem grande representatividade no imaginário da população que vivenciou a Guerra do Contestado.

De acordo com Monteiro (1974) as forças militares, que se fizeram presentes no Contestado com o objetivo de impor a ordem a lei, no que parecia ser uma missão simples, depararam-se com um exército rival em potencial, composto por pessoas destemidas,

<sup>7</sup> Ressaltam-se as inúmeras formas de se retratar em forma de adjetivo o ocorrido entre os anos de 1912-1916 entre o Paraná e Santa Catarina: para uns, guerra; para outros, conflito; ou ainda: questão, causa, movimento, o que só veem a evidenciar as distintas interpretações a esse respeito. (LUDKA, 2016, p. 109).



idealistas, conhecedoras do terreno e dos segredos da natureza de onde viviam, transformando assim em um verdadeiro pesadelo os ataques oficiais, pois executavam táticas de guerrilha, guiando os soldados para situações mortíferas em suas armadilhas.

No entanto, o poder bélico das forças militares não pode ser superado pelos camponeses mesmo com toda a resistência demonstrada por eles (MONTEIRO, 1974). A Guerra teve seu fim datado no dia 20 de outubro de 1916, por meio do Acordo de Limites, assinado pelo presidente do Paraná na época, Afonso Alves Camargo, e pelo governador de Santa Catarina, Felipe Schmidt naquele período. O Paraná ficou com 20.310 quilômetros quadrados e Santa Catarina com 27.570 quilômetros quadrados após a finalização do acordo. Mas os reflexos desse conflito estavam longes de ser resolvidos, o ano que sucedeu a guerra é tido historicamente como ano da “limpeza”, pois as terras passam a ser administradas pelos coronéis e migrantes europeus vindo de outras regiões do Brasil, expulsando e matando os posseiros restantes (FRAGA, 2010).

Tendo em vista os apontamentos sobre o que foi a Guerra do Contestado, seu desenvolvimento e conclusão, observa-se ainda que se tratou de um conflito complexo e que exige aprofundamento teórico para ser compreendido em sua totalidade por quem não o vivenciou. No entanto, os problemas decorrentes da guerra são mais identificáveis embora também apresentem dificuldade de serem compreendidos e solucionados, sendo um deles a fome, que será abordada no próximo tópico.

## CONCEITUANDO POBREZA E FOME

Entender a pobreza torna-se necessário antes da compreensão sobre o fenômeno da fome, tendo em vista que a fome é o último e cruel resultado da pobreza. Santos (2009, p. 18) enfatizou que “a definição de pobreza deve ir além de pesquisas estatísticas [...], a



pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social”. Para ele:

A sociedade urbana é dividida entre aqueles que têm acesso às mercadorias e serviços numa base permanente e aqueles que, embora tendo as mesmas necessidades, não estão em situação de satisfazê-las, devido ao acesso esporádico ou insuficiente ao dinheiro. Isso cria diferenças quantitativas e qualitativas de consumo (SANTOS, 2009, p. 45).

Silva (2003) ressaltou que a pobreza não está meramente ligada a fenômenos estatísticos ou biológicos. “Mas também político. Não é só atraso no acesso aos bens de consumo, mas privação de cidadania. Vale dizer, é consequência estrutural de um modelo de desenvolvimento que gera privilégios e privações à medida que se expande, ou se retrai, sem regulação social” (SILVA, 2003, p. 50).

Para Sen (2010), “a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza” (SEN, 2010, p. 120). Como destacado pelo autor, a baixa renda é a principal causa da pobreza, pois ela priva as pessoas de capacidades básicas do dia a dia, dentre eles o mais importante que é o direito à alimentação. Segundo Castro (1937):

Só a geografia, que considera a terra como um todo, e que ensina a saber ver os fenômenos que passam em sua superfície, a observá-los, agrupá-los e classificá-los, tendo em vista a localização, extensão, coordenação e causalidade, - pode orientar o espírito humano na análise do vasto problema da alimentação, como um fenômeno ligado, através de influências recíprocas, à ação do homem, do solo, do clima, da vegetação e do horizonte de trabalho (CASTRO, 1937, p. 25-26).

O estudo da fome é extremamente amplo, o termo possui diversas nomenclaturas, diferentes autores discutem acerca desse fenômeno. Ziegler (2002) atentou para dois tipos de fome, a conjuntural e estrutural:



A “fome conjuntural” é provocada pela derrota brutal, imprevista, e em curto prazo de toda a infraestrutura econômica e social de uma sociedade. Como, por exemplo, a devastação e desnutrição de campos, estradas e poços por causa de uma seca ou de um furacão; ou como consequência de uma guerra, onde são incendiadas as casas, as pessoas são lançadas à rua, se acaba com os mercados, as pontes quebradas. Subitamente deixa de haver alimentos e milhões de pessoas se veem na indigência da noite para o dia. Por outro lado, a “fome estrutural” corresponde à falta permanente de alimentos e à ausência persistente de uma alimentação adequada. Ela se deve ao subdesenvolvimento geral da economia de um país, à insuficiência de suas forças de produção e de suas infraestruturas e à extrema pobreza da maioria dos seus habitantes. As pessoas morrem lentamente por causa do grande número de doenças que as assolam, da falta de vitaminas ou do kwashiorkor. Resumindo, a “fome estrutural” não provém de uma catástrofe externa, mas é inerente às estruturas da sociedade (ZIEGLER, 2002, p. 32).

No período da guerra, a região do Contestado Catarinense vivenciou a fome conjuntural, definida por Ziegler (2013) como a fome resultante de catástrofes naturais, guerras e demais eventos que desestabilizam uma sociedade. No entanto, após o término do conflito as pessoas continuaram a conviver com a fome naquela região, desta vez, uma fome estrutural, que de acordo com Ziegler (2013), caracteriza-se pela falta de recursos para adquirir os alimentos e uma vulnerabilidade constante. Passados cem desde 1916, a população que reside na região do Contestado ainda precisa lidar com o vírus da fome como herança da guerra.

Poucos anos depois do centenário teve-se ainda o início da Pandemia de COVID-19, evento que contribuiu ainda mais para o agravamento da situação de fome, desta vez unindo a fome estrutural à fome conjuntural. Para Castro a fome não é um fenômeno natural, mas sim a consequência de economias defeituosas, criação humana, portanto pode ser eliminada pela sociedade (CASTRO, 1966).

Um outro tipo de fome é a invisível ou oculta. Segundo Ziegler (2013, p. 39), a fome invisível “é a falta de, ou de inadequada ingestão de micronutrientes, resultando em



diferentes tipos de desnutrição, como anemia por deficiência de ferro e de vitamina A”. Gramaticalmente fome é uma palavra pequena, mas capaz de causar dores imensuráveis em que o triste resultado é a morte. “Nenhuma doença e nenhuma guerra mataram mais gente. No entanto, nenhuma praga é tão letal e, ao mesmo tempo, tão evitável como a fome” (CAPARRÓS, 2016, p. 11).

A fome presente na região do Contestado Catarinense é o triste resultado de diversas razões históricas e geográficas, sendo uma delas a chegada da empresa Lumber, principal responsável pela exploração de aproximadamente 15 km de cada lado da ferrovia São Paulo-Rio Grande. Boa parte da região é ocupada pela plantação de álamo, pinos, granjas de frango e monocultivo do tabaco. Antes da guerra a região já se destacava com a exploração da madeira nativa (LUDKA, 2016).

Pode-se dizer que a fome na região estudada começou com a fome conjuntural causada pela guerra e se desenvolveu para a fome estrutural causada pela perversidade do sistema capitalista e as diversas relações de poder vigentes naquele lugar. A região é destacada pelo domínio do monocultivo, sendo assim, as famílias que vivem ali se veem obrigadas a permanecerem naquele local aprisionadas ao sistema estabelecido pelas empresas de avicultura, suinocultura e tabaco. Caçador por exemplo, destaca-se por ser o centro regional, voltado para a indústria madeireira e também na produção de tomates que tem por objetivo o abastecimento do Centro-Sul. Outro exemplo também é o município de Três Barras que é sede da indústria favorecida pela madeira caracterizada pela *plantation* de pinus atingindo escala regional (LUDKA, 2016). Para a autora:

A região da Guerra do Contestado caracteriza-se como pobre, social e infraestruturalmente, e vale destacar que algumas cidades contam com razoável parque industrial e geração de emprego, o que não se faz suficiente para fomentar o desenvolvimento regional. Vale destacar que a fome é o resultante de um processo histórico complexo, e que ainda está em todas as partes, porém se manifesta de forma pujante nos



lugares com características que “favorecem” a sua permanência (LUDKA, 2016, p. 105).

Sendo assim, no próximo tópico, a pobreza e a fome foram analisadas no contexto da região do Contestado Catarinense, 105 anos após a Guerra do Contestado, considerando os dias atuais, ou seja, o momento atípico da pandemia de COVID-19.

## O VÍRUS DA FOME COMO HERANÇA DA GUERRA NO CONTESTADO CATARINENSE NA PANDEMIA DE COVID-19.

A Pandemia ocasionada pela COVID-19 já possui mais de um ano de duração e desde o seu início em dezembro de 2019 vem causando diversos impactos na vida das pessoas, tanto no sentido emocional quanto físico. Uma das notícias mais frequentes nos noticiários nos primeiros meses da pandemia foi o desemprego, empresas reduzindo o número de funcionários ou falindo devido às medidas de *lockdown* adotadas em algumas localidades. Nos meses seguintes além do desemprego foi noticiado também sobre o aumento no custo dos alimentos, e em consequência disso também houve o aumento de pessoas vivenciando a “insegurança alimentar”<sup>8</sup>.

Na região do Contestado Catarinense a fome não é um problema exclusivo da pandemia, pois há mais de cem anos ela está presente na vida das pessoas que ali vivem. O fato é que o constante aumento do custo dos alimentos e a alta do desemprego ocorridos durante a pandemia favoreceram para o agravamento da fome na região.

O Programa Bolsa Família - PBF iniciado em 2004 atua em busca de atender as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Combater a pobreza e a fome são alguns dos objetivos desse programa, no entanto, com o agravante da

<sup>8</sup> Termo utilizado pela FAO para definir pessoas que têm acesso limitado à comida.



vulnerabilidade gerado pela COVID-19 e a alta no preço dos gêneros alimentícios, a falta de comida na mesa de muitos brasileiros tornou-se uma situação cada vez mais ocorrente.

Com isso, foi necessária a criação de um novo meio de assistência para população brasileira mais afetada, originando assim o Auxílio Emergencial – AE. O benefício foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República, tendo como objetivo garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação de maior vulnerabilidade durante a pandemia do COVID-19 (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021). Para esta pesquisa, no entanto, foi abordado com maior profundidade os programas sociais existentes antes do evento pandêmico.

A região do Contestado Catarinense é composta por 23 municípios com uma população estimada em 2021, segundo o IBGE, de 461. 831 habitantes. Desde o último censo realizado em 2010 o município de Caçador (município da divisão AMARP) permanece sendo o mais populoso da região analisada, seguido por Mafra e Canoinhas (pertencentes à divisão AMPLANORTE). Vale destacar que grande parte dos municípios que integram a região do Contestado Catarinense são caracterizados pela predominância rural, onde os setores primários e secundários possuem maior representatividade.

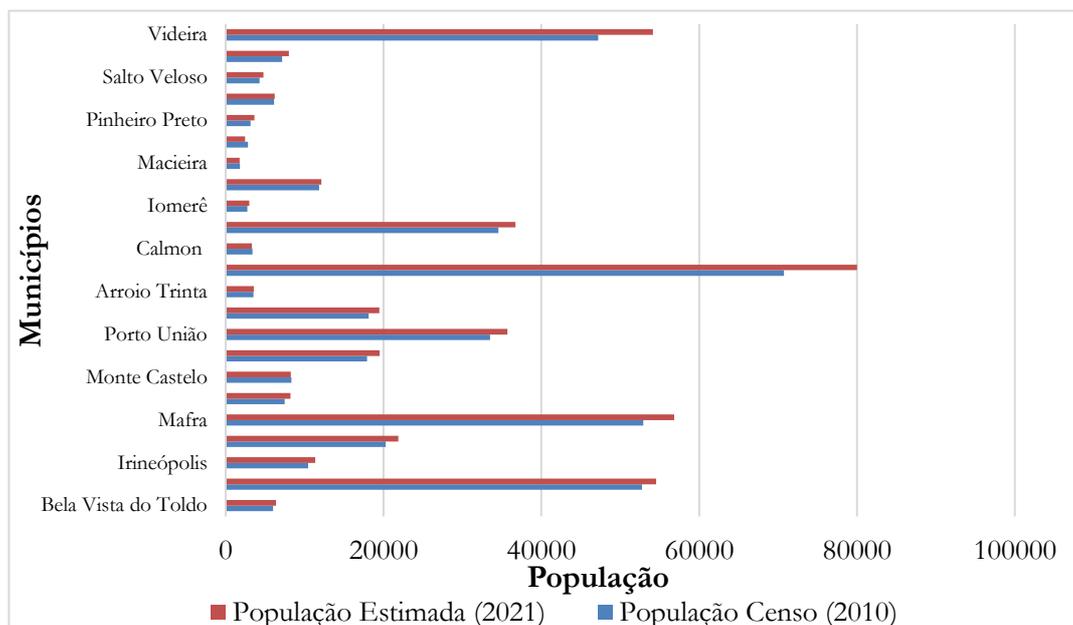
O município de Caçador tem uma população estimada para o ano de 2021 de 80.017 habitantes, seguido por Mafra com a população estimada de 56.825 habitantes em 2021 e Canoinhas com 54.558 habitantes estimados em 2021. Além de possuírem em comum o maior número de habitantes da região analisada, esses três municípios também se destacam como polos das demais cidades que integram a região do Contestado Catarinense, ou seja, neles se concentram as maiores indústrias e conseqüentemente há mais oportunidades de obtenção de renda (Gráfico 1).

Ainda de acordo com o gráfico 1, os municípios menos populosos da área de estudo são Macieira, que em 2010 possuía 1.826 habitantes e com a nova estimativa de



2021 apresentou queda, com 1.757 habitantes, Matos Costa, que também apresentou redução em sua população, em 2010 possuía 2.839 habitantes, já em 2021 a estimativa correspondeu a 2.442 habitantes, e Calmon, que também teve diminuição da sua demografia, reduzindo de 3.387 habitantes em 2010 para 3.325 no ano de 2021. A similaridade entre esses municípios é que são cidades que vivem praticamente da produção de madeira e prestação de serviços, ou seja, do setor primário e terciário (Gráfico 1).

**Gráfico 1** - População da região do Contestado no ano de 2010 e População estimada de 2021.



Fonte: IBGE, 2021.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021), ano de 2019 a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 16.9%, no município de Matos Costa. Na cidade de Macieira e Calmon a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de cada cidade era de 19.4% no ano de 2019.



Observa-se que nos três municípios a proporção de pessoas sem ocupação ultrapassa 80% da população total, evidenciando a falta de oportunidades de trabalho e obtenção de renda para alimentação e demais necessidades básicas por essa grande parte de pessoas.

A tabela 1 apresenta as porcentagens de extremamente pobres e pobres dos anos de 1991, 2000 e 2010, juntamente com as taxas de vulneráveis à pobreza, referentes ao ano de 2010, dos municípios que fazem parte da região do Contestado Catarinense. As taxas de pobres e extremamente pobres estão apresentando redução, quando comparadas com os anos de 1991 e 2000 na maioria dos municípios, no entanto, alguns ainda apresentam taxas consideravelmente altas. No ano de 2010 a porcentagem de extremamente pobres variava entre porcentagens menores de 0,30% em Iomerê até as maiores de 11,67% em Bela Vista do Toldo.

**Tabela 1** - Porcentagens de extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza na região do Contestado Catarinense.

Municípios	% de extremamente pobres			% de pobres 2010			% Vulneráveis à pobreza
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	2010
Arroio Trinta	12.73	1.60	0.42	33.51	10.58	0.76	4,59
Bela Vista do Toldo	25.43	14.23	11.67	67.15	46.69	20.14	45.29
Caçador	7.52	3.34	1,6	26.35	17.01	6.93	21.40
Calmon	31.23	20.45	2.75	57.62	53.13	18.69	48.11
Canoinhas	14.51	8.09	2.43	44.31	26	8.63	25.87
Fraiburgo	4.76	4.04	3.00	21.98	19.64	9.14	25.43
Iomerê	1.78	-	0.30	15.29	7.32	0.98	-
Irineópolis	22.71	9.45	2.6	49.36	30.44	10.69	31.31
Itaiópolis	23.7	13.12	3.88	51.83	31.26	11.82	28.73
Lebon Régis	17.61	15.63	5.76	43.21	41.80	19.27	44.49
Macieira	32.51	26.59	1.93	67.29	39.78	6.53	30.52
Mafra	10.88	5.55	1.46	30.84	16.45	5.4	19.15



Major Vieira	23.16	20.51	7.17	59.23	36.56	17.28	40.68
Matos Costa	22.18	15.41	7.11	48.02	38.16	19.28	45.37
Monte Castelo	27.75	13.97	5.22	59.44	35.94	15.25	40.56
Papanduva	18.29	13.16	3.58	49.65	32.19	10.8	30.97
Pinheiro Preto	9.08	4.78	0.16	19.61	17.85	2.28	8.24
Porto União	10.1	3.92	1.05	30.88	18.73	6.26	19.31
Rio das Antas	16.35	4.27	1.45	40.68	17.42	5.21	16.60
Salto Veloso	13.71	4.42	1.01	39.75	13.23	5.36	15.59
Timbó Grande	39.44	20.28	7.41	67.14	44.02	17.76	46.07
Três Barras	20.01	13.91	2.59	53.78	33.13	12.49	34.46
Videira	5.09	1.59	0.35	17.86	10.78	1.76	10.32

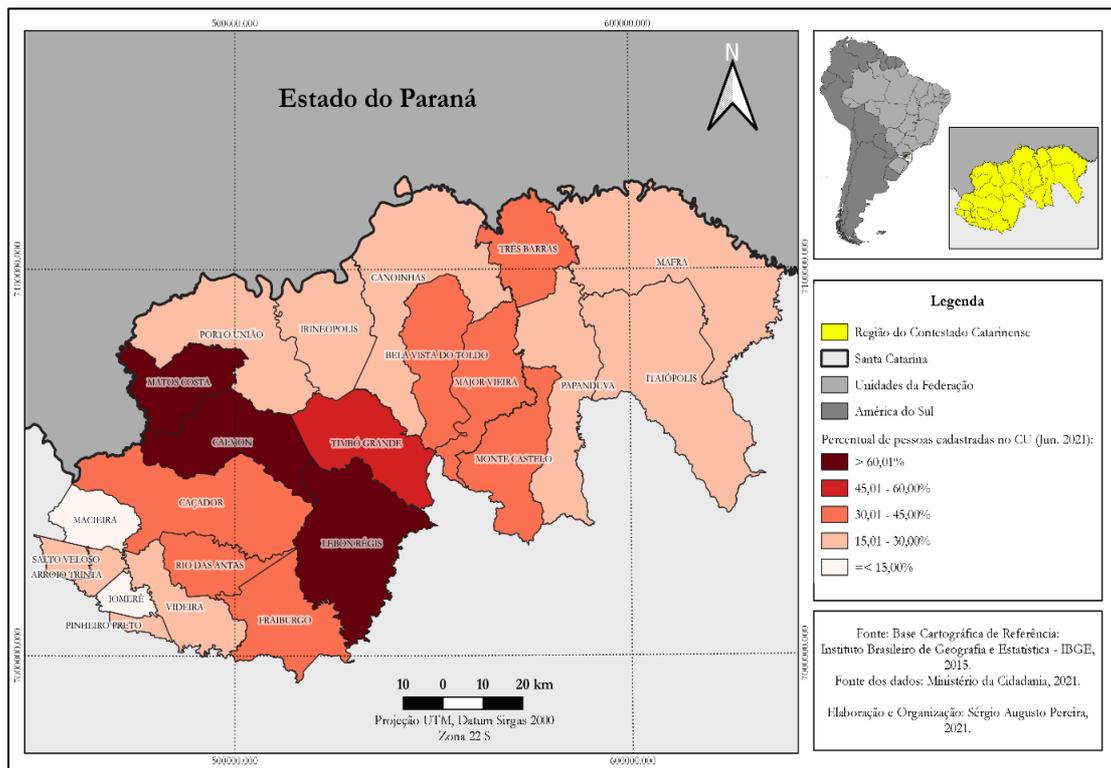
Fonte: ATLAS BRASIL, 2021.

Ainda conforme a tabela 1, no que concerne aos vulneráveis a pobreza, observa-se que Calmon é o município que apresentou mais pessoas nessa situação (48,11%), seguido por Timbó Grande (46,07%) e Matos Costa (45,37%). Entre os vinte e três municípios, Arroio Trinta foi o que possuía a menor taxa, correspondendo a 4,59% e o município de Iomerê não apresentou os dados referentes a porcentagem de vulneráveis à pobreza no ano de 2010.

A figura 2 apresenta o percentual de pessoas que estão cadastradas no Cadastro Único - CU nos municípios do recorte espacial analisado neste artigo. É importante destacar que os dados que evidenciam o número de famílias cadastradas no CU correspondem ao mês de junho do ano de 2021. Observa-se que três municípios apresentaram o percentual de pessoas cadastradas no CU acima de 60%, sendo todos eles pertencentes à Associação de Municípios do AMARP.



**Figura 2** - Percentual de pessoas cadastradas no CU nos municípios da região do Contestado Catarinense em junho de 2021.



Fonte: IBGE, 2015; MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021.

A cidade de Matos Costa apresentava a maior porcentagem de famílias cadastradas (88,78%), com sua população estimada, no ano de 2021, de 2.442 habitantes e 657 famílias no CU. O segundo município que apresentou a maior porcentagem foi Calmon, com a porcentagem de 77,41%, tendo como população estimada 3.325 habitantes no ano de 2021, com 780 famílias cadastradas no CU. Lebon Régis dá continuidade à lista dos municípios com as maiores porcentagens (63,38%), com população estimada de 12.122 habitantes no ano de 2021. O município de Iomerê por sua vez, apresentou a menor



porcentagem (9,42%), no de 2021 sua população estimada correspondia a 2.979 habitantes, atendendo 85 famílias.

Dos vinte e três municípios que compõem a região do Contestado Catarinense, apenas dois apresentaram o percentual de pessoas cadastradas no CU abaixo de 15%: Iomerê (9,42) e Macieira (11,83). Dez municípios possuíam percentual de 15,01% à 30,00% de pessoas cadastradas, sendo: Videira (15,54%), Arroio Trinta (17,86%), Mafra (18,97%), Porto União (20,68%), Salto Veloso (20,87%), Itaiópolis (21,50%), Papanduva (22,96%), Pinheiro Preto (24,33%), Canoinhas (26,44%) e Irineópolis (29,68%). Os municípios que apresentaram percentual de 30,01% a 45,00% de pessoas cadastradas foram sete: Major Vieira (30,55%), Caçador (30,68%), Fraiburgo (31,58%), Rio das Antas (32,85%), Três Barras (33,62%), Bela Vista do Toldo (40,57%) e Monte Castelo (43,89%). Apenas o município de Timbó Grande apresentou o percentual entre 45,01% a 60,00% de pessoas cadastradas, correspondendo a 54, 88 de pessoas cadastradas.

O PBF atende na região aproximadamente 13.250 famílias, o que totaliza uma média de 43.733 pessoas, equivalendo a 9,46% da população estimada no ano de 2021 (462.831 habitantes) da região do Contestado Catarinense. A figura 3 mostra a média de famílias que receberam o PBF no ano de 2021. Os municípios que apresentaram a média maior que 801 famílias foram Caçador (1.869), Canoinhas (1.559), Fraiburgo (1.166), Mafra (1.022) e Três Barras (938). Iomerê (17), Macieira (19), Arroio Trinta (21), Pinheiro Preto (40), Salto Veloso (67), Rio das Antas (178), Matos Costa (187) são os municípios que possuíam a média menor ou igual a 200 famílias.



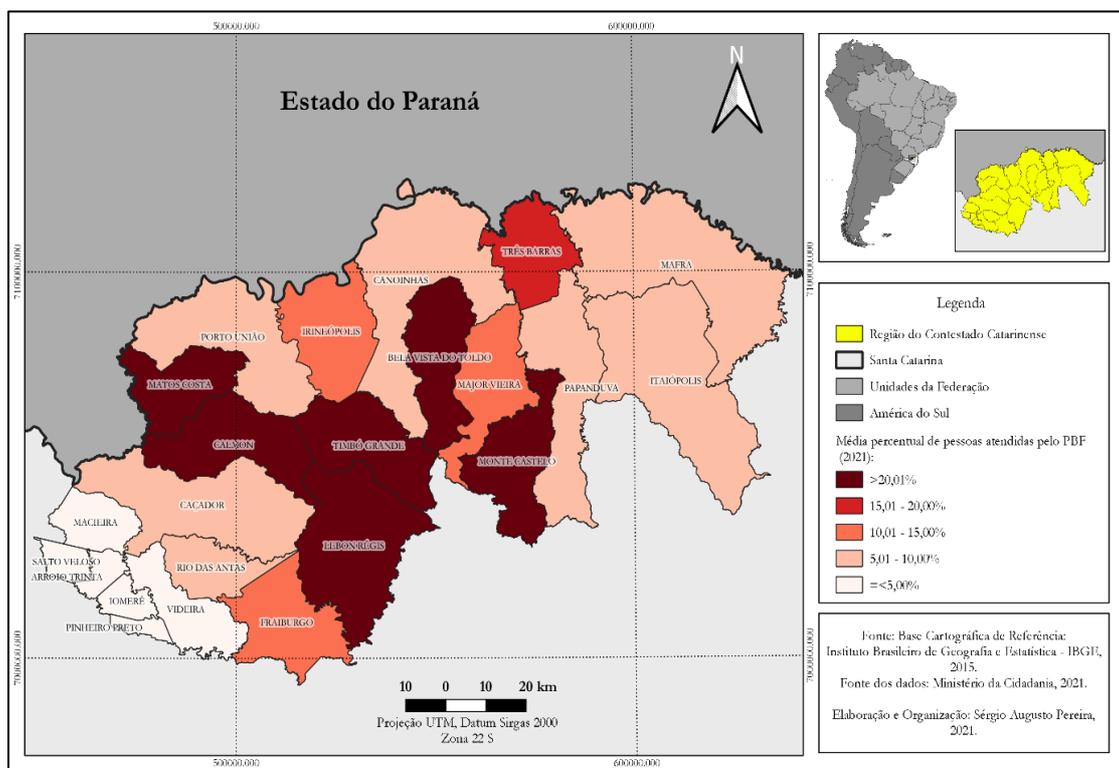


Pode-se afirmar que sem o programa essas mesmas famílias estariam na extrema pobreza. O município encontra-se abaixo da meta de atendimento do PBF (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021). Em contrapartida no mesmo mês de setembro Iomerê é o município que detém a menor média da região estudada com 17 famílias contempladas pelo programa beneficiando, aproximadamente 56 pessoas. Observou-se também que o número de pessoas beneficiárias corresponde a 1,8% da população total da cidade. A população estimada de 2021 é de 2.979, o benefício alcançou 17 famílias que sem essa ajuda estariam em situação de pobreza extrema. O município esteve abaixo da a meta do programa (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

A figura 4 mostra a média do percentual de pessoas atendidas pelo PBF nos municípios que compõem a região do Contestado Catarinense no ano de 2021. Dos vinte e três municípios, seis apresentaram a porcentagem maior que (20,01%) sendo eles: Timbó Grande (32,35%), Matos Costa (25,29%), Calmon (25,03%), Monte Castelo (24,46%), Bela Vista do Toldo (22,86%) e Lebon Régis (21,04%). Por outro lado, seis municípios apontaram a média percentual menor que (5,00%). São eles: Iomerê (1,90%), Arroio Trinta (1,97%), Macieira (3,63%), Pinheiro Preto (3,65%), Videira (4,00%) e Salto Veloso (4,63%).



**Figura 4** - Média percentual de pessoas atendidas pelo PBF nos municípios da região do Contestado Catarinense no ano de 2021.



**Fonte:** IBGE, 2015; MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021.

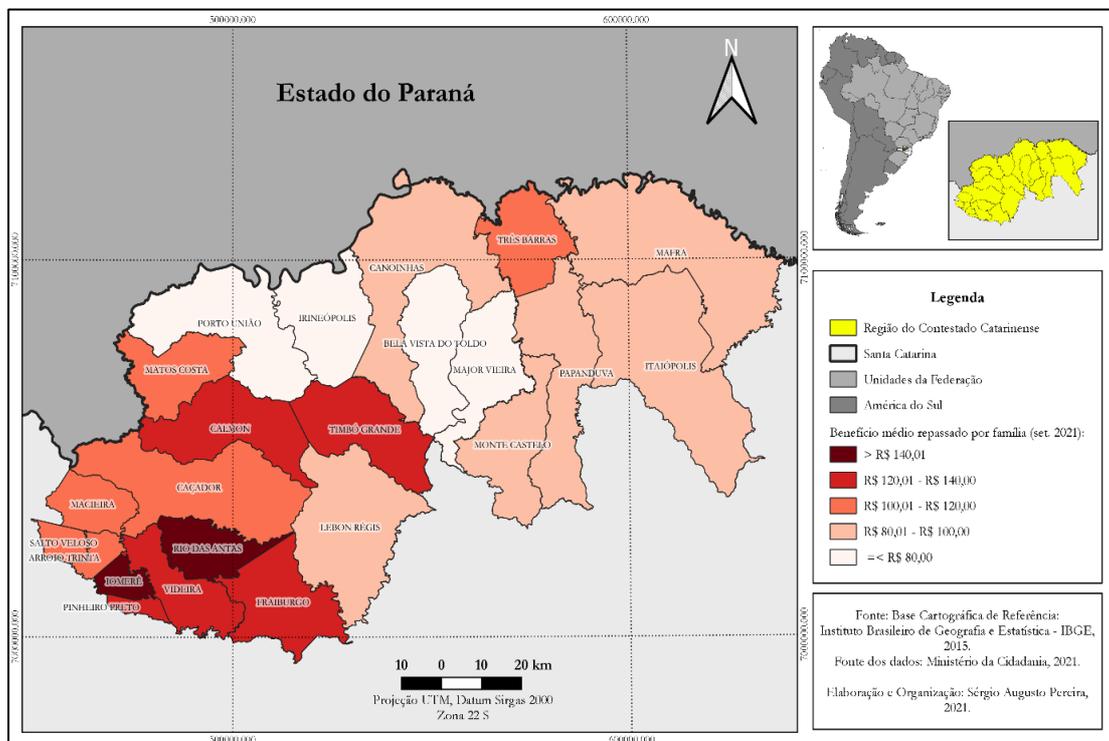
Como pode ser observado na figura 4, o município de Timbó Grande possuía a maior porcentagem com (32,35%), segundo o censo de 2010 a população total do município era de 7.167 mil habitantes, com 8.003 de sua população estimada no ano de 2021. Iomerê se destaca por ter a menor porcentagem com (1,90%) da sua população atendida pelo PBF, no censo de 2010 a população total era de 2.739 mil pessoas e a população estimada de 2021 do município é de 2.979 mil habitantes. Importante ressaltar



que o município de Três Barras mesmo não apresentando a porcentagem maior que (20,01%) ele se destaca também por possuir a taxa de (15,91%) de sua população atendida pelo PBF. No censo de 2010 a população total da cidade era de 18.129 mil habitantes, já a população estimada de 2021 é de 19.455.

A figura 5 mostra o benefício médio repassado por famílias (em reais) nos municípios pertencentes à região do Contestado Catarinense. Nas cores mais escuras estão os municípios que apresentaram os valores maiores e as cores mais claras identificam os municípios que receberam os valores menores, sendo assim quanto mais intensificada a cor presente no mapa maior foi o valor repassado a cada município.

**Figura 5 - Benefício médio (em reais) repassado por família nos municípios da região do Contestado Catarinense em setembro de 2021.**



Fonte: IBGE, 2015; MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021.



Conforme a figura 5, apenas dois municípios possuíram valores de repasse do benefício maiores que R\$ 140,00 sendo eles Iomerê com o benefício médio de R\$ 193,35 e Rio das Antas com o benefício médio de R\$ 146,63. Quatro municípios apresentaram valores médio de recebimento do benefício menor ou igual a R\$ 80,00, sendo eles Major Vieira (R\$ 53,51), Porto União (R\$ 60,05), Bela Vista do Toldo (R\$ 67,52) e Irineópolis (R\$ 68,14). Importante destacar que esses municípios apresentaram altas taxas de pessoas extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2021), o valor mais caro de uma cesta básica hoje no Brasil é de R\$ 664,67 e o menor valor é de R\$ 456,40, ou seja, uma família que recebe o maior valor oferecido pelo PBF de (R\$140,00) por mês não consegue adquirir a cesta básica mais barata, esse fator aumenta ainda mais a fome das famílias que tentam sobreviver com esse benefício.

Ao analisar todos os dados apresentados, os municípios de Matos Costa, Calmon e Lebon Régis destacam-se por possuírem acima de 60% da população do seu município cadastradas no CU e possuem também a maior porcentagem de pessoas atendidas pelo PBF, junto com os municípios de Bela Vista do Toldo, Timbó Grande e Monte Castelo. Esses municípios apresentam os dados mais delicados, o que se conclui que são os territórios com maior vulnerabilidade para a fome e a pobreza.

## PARA NÃO CONCLUIR

A fome tornou-se uma palavra cada vez mais neutralizada com o passar dos anos, a pandemia escancarou essa realidade, a fome aparece diariamente nas capas de jornais. É notório que a COVID-19, intensificou a fome no Brasil, uma pesquisa realizada pelo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no ano de 2020 mostrou que “116,8



milhões de brasileiros não tinham acesso pleno e permanente a alimentos. Desses, 43,4 milhões (20,5% da população) não contavam com alimentos em quantidades suficientes e 19,1 milhões (9% da população) estavam passando fome” (VIGISAN, 2021).

A região do Contestado que no passado fora tão disputada, enfrenta hoje juntamente com o resto do país uma crise em todos os setores da sociedade principalmente no setor econômico, e as vítimas dessa realidade são aqueles desamparados por um sistema capitalista que visa somente o lucro pois, conforme afirmou Abramovay (1986) “Nosso sistema econômico só reconhece e atende o apetite de quem possui o bolso cheio, não o de quem está com a barriga vazia. O mercado só tem ouvidos para o tilintar do vil metal, nunca para o ronco surdo da fome” (ABRAMOVAY, 1986, p. 75).

De um modo geral, a pesquisa buscou analisar e apresentar os dados relacionados às cidades que compõem a região do Contestado Catarinense cento e cinco anos após a guerra e no ano pandêmico de 2021. Municípios marcados pela guerra, habitantes marcados pela fome e desespero. Hoje totalmente esquecidos, terras que nos séculos passados eram disputadas, hoje em dia são completamente ignoradas. “O faminto de hoje vive num mundo de fartura. Este é o dado mais importante” (ABRAMOVAY, 1986, p. 53). Mesmo vivendo em um mundo de fartura a fome tornou-se cada vez mais frequente na mesa dos brasileiros.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O Que é a Fome**. 5. ed: Brasiliense, 1986. 116 p.

ATLAS BRASIL - **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Relatório. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 25 de set. 2021.

CAPARRÓS, Martín. **A Fome**. 1. ed: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. 714 p.



CASTRO, Josué. **A alimentação brasileira à Luz da Geografia Humana**. Porto Alegre Edição da Livraria do Globo, 1937.

CASTRO, Josué. **O Livro Negro da Fome**. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966.

DIEESE. **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**. 2021. Disponível em:  
<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2021/202108cestabasica.pdf>. Acesso em: 24 de set. 2021.

FRAGA, Nilson César. **Contestado, o território silenciado**. Florianópolis: Insular, 2009.

FRAGA, Nilson César. **Vale da Morte: O Contestado visto e sentido**. Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná. Blumenau: Ed. Hemisfério Sul, 2010.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 22 ed., 1986.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave**, 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave>>. Acesso em: 23 de set. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 2010 e população estimada de 2021**. Disponível em:  
<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>. Acesso em: 23 de set. 2021.

LUDKA, Vanessa Maria. **Contestado, a Fome e a Pobreza com permanência da guerra: cenários paradoxais no Sul do Brasil**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2016.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Painel de Monitoramento: Cadastro Único e Programa Bolsa Família**. Disponível em:  
<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/index.html>. Acesso em: 23 de set. 2021.



MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os errantes do novo século: Um estudo sobre o surto milenarista do Contestado** – São Paulo: Duas Cidades, 1974.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3a ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, José Graziano. Segurança alimentar: uma agenda republicana. São Paulo: **Revista de Nutrição**. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/DzmZ3VGhSSLXdG4358rwkfh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 de set. 2021.

THOMÉ, Nilson. **Sangue, Suor e Lágrimas no Chão Contestado**. Caçador (SC): UnC, 1992.

VIGISAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. 2021. Disponível em: [http://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf). Acesso em: 17 de set. 2021.

ZIEGLER, Jean. **A fome no mundo explicada a meu filho**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa: geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez, 2013